

# Universidade Federal do ABC

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**Coordenação**

Profa. Dra. Ana Maria Dietrich CECS (UFABC)

## I. JUSTIFICATIVA

Acreditamos, na linha do PNEDH/ 2003 que “educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas”. Formar cidadãos que incorporem os conceitos de Direitos Humanos no ambiente escolar é algo imensamente prioritário, pois a escola é um espaço de sociabilização e formação, que potencializa o encontro das diversidades, da aprendizagem e da construção. Esse pensamento vai de encontro à concepção contemporânea dos Direitos Humanos que promove um diálogo entre esses e os “conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência” (Ibid).

Os marcos legais desse curso serão: Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3, 2010) - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006 - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2003 - Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) - Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) - Congresso de Viena (1993) - Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) - Resolução Nº 15, de 8 de Abril de 2009 - Constituição Federal de 1988 - artigos 1º, 3º, 5º, 205 e 227 - Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 - Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Lei Nº 11.525, de 25 de setembro de 2007 - Decreto Nº 5.390, de 8 de março de 2005 - Decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 – Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Portaria Interministerial Nº 127, de 30 de maio de 2008 - Decreto 6347/2008 - Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Decreto 7053/2009 - Substitui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O projeto em questão articula-se com o Grupo de Pesquisa do CNPQ certificado pela UFABC, Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade, cuja líder é Ana Maria Dietrich. Também vincula-se ao Laboratório Memória dos Paladares, sediado na UFABC, campus de Santo André e que mantém o Centro de Documentação Plínio Zornoff Táboas, com a guarda de acervos relativos a documentação de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão coordenados pela docente e material documental produzido pelo Projeto Educação em Direitos Humanos UFABC, em vigência desde agosto de 2014.

Espera-se concretizar a formação de uma rede de multiplicadores do tema que incorpore os conceitos de Direitos Humanos no âmbito escolar e na sociedade em geral através de realizações de práticas pedagógicas e elaboração de materiais didáticos específicos de educação em direitos humanos, visando a redução de desigualdades educacionais e a valorização do respeito à diferença.

O curso de especialização Educação em Direitos Humanos estabelece em suas ações a valorização de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio do incentivo e vivência dos valores fundamentais à humanidade, tais como a liberdade, a tolerância e a paz. Fomenta o questionamento e o enfrentamento aos conflitos do cotidiano.

O investimento na educação e a promoção da cultura no meio social nortearam as práticas aplicadas com objetivo de se formar uma consciência crítica nos indivíduos alcançados, de modo a reconhecer a pluralidade humana e suas diversas manifestações em busca do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

A seguir estão listadas as principais características do curso de Educação em Direitos Humanos.

- O número de horas do curso é de 400 horas.
  - Composto por 13 módulos. O primeiro módulo é referente a apresentação do ambiente ao AVA, os demais módulos serão referentes aos conteúdos temáticos específicos de EDH e o 13º referente a acompanhamento e apoio metodológico do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC.
  - Os locais de realização, formato do curso, número de professores e de tutores, bem como o número de vagas serão definidos em cada oferta por meio de editais específicos ou por meio de ofertas independentes sem aporte financeiro externo à universidade.
  - Voltado prioritariamente para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Infantil e uma porcentagem de 30% dos alunos de demanda social cujas especificidades são definidas em cada oferta.
  - Como faz parte de um Projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão homônimo da UFABC, é ligado a ações acadêmicas como divulgação científica; cursos de curta duração, realização de seminários, fomento a continuidade dos TCCs, publicação de resultados das pesquisas sobre EDH e estabelecimento de uma rede de parcerias de educação em Direitos Humanos envolvendo outras universidades, instituições sociais, ONGs e secretarias.
- Pode ser ofertado nos formatos: EAD, Semi-presencial e Presencial.

#### **EAD e Semi-presencial:**

- Há a implementação do curso através de módulos na plataforma AVA, encontros presenciais, de vivência e elaboração do TCC.

#### **Presencial**

O curso, apresentando como presencial, segue também o mesmo número de horas, mesmas emendas dos módulos, horas de vivência e elaboração de TCC. Uma diferença é que a

plataforma AVA servirá, nesse caso, como ferramenta metodológica para atividades, disponibilização de materiais pedagógicos e atividades complementares.

## **II. OBJETIVOS**

Implantar e ofertar um curso de Educação em Direitos Humanos que forneça subsídios para formar profissionais da educação básica e profissionais ligados às áreas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (mídia, educação não formal, justiça, segurança e interessados em geral na temática de EDH) e propor uma atuação pedagógica voltada à promoção, consolidação e difusão dos direitos humanos, com foco na promoção de práticas democráticas, na disseminação de conteúdo dos direitos humanos e na orientação de práticas de não discriminação.

O curso pretende fornecer subsídio para a realização de práticas pedagógicas voltadas à consecução da cultura dos direitos humanos no ambiente escolar, além da sociedade em geral, e fomentar a elaboração materiais didáticos específicos de educação em direitos humanos.

## **III. PÚBLICO ALVO**

Professores/as de Educação Básica; outros/as profissionais da educação e outros interessados, em especial, os citados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Os cursistas deverão ter diploma de graduação registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação.

## **IV. DESENVOLVIMENTO**

### **IV.1. Metodologia**

Haverá a construção do conhecimento a partir da articulação entre o conhecimento acumulado no âmbito acadêmico, pelos movimentos sociais e por educadores e educandos a partir de sua experiência.

A proposta didática do curso leva em conta os diferentes perfis de cursistas, tanto no que diz respeito à diversidade de funções entre trabalhadores da educação, como também aqueles profissionais das demais áreas que atuam na escola, na rede de proteção ou em movimentos sociais, pessoas com uma formação específica na área de Educação, Educação e Direitos Humanos e Direitos Humanos e educadores populares.

Os cursistas serão orientados a realizar atividades pedagógicas práticas em seus espaços educacionais/ profissionais/ acadêmicos de atuação, preferencialmente, no desenvolvimento próprio de suas funções, investindo na articulação entre formação e trabalho. Estas atividades serão acompanhadas e avaliadas pela equipe do curso - à luz das diretrizes conceituais, legais e metodológicas da área de Educação em Direitos Humanos - sendo entendidas como laboratório de novas práticas pedagógicas e estratégia de consolidação e multiplicação dos conhecimentos.

As atividades de vivência são aquelas relacionadas à realidade profissional e acadêmica do cursista. Essas atividades podem ser realizadas também junto aos movimentos sociais e culturais ou ainda outros grupos da sociedade civil organizada que se proponham a dialogar com o cursista para a elaboração das atividades do curso.

Caso o aluno não atinja as horas exigidas para certificação como “especialização”, ele poderá ter um certificado de horas pelos módulos cursados e aprovados. Essa medida tem como objetivo evitar a evasão, certificando o esforço mesmo daquele que não chegou até o final. Mostra-se como alternativa para que em outra oferta, até 5 anos após a certificação, a pessoa tenha a oportunidade de concluir o curso abatendo o que já fez da carga horária total.

## **IV.2. Estrutura Curricular**

### **Componentes Curriculares**

Nosso objetivo pedagógico é que os cursistas possam, a cada módulo, adquirir um repertório básico sobre o que está sendo estudado ao longo de todo o curso, relacionem este repertório com sua realidade, pesquisas e vivências comunitárias, apresentando dúvidas, propostas e ideias que visem o aprofundamento das questões e temáticas abordadas nos módulos.

Pretende promover uma cultura de Direitos Humanos, por meio do debate transversal da temática no campo da Educação, observando sua historicidade, aspectos socioculturais e fundamentos filosóficos, problematizando a pertinência e inserção da temática nas discussões sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas e produção de materiais didáticos. Além disso, tem suas implicações na construção do currículo escolar, entendido em sua forma mais ampla, envolvendo diferentes disciplinas escolares, conteúdos, metodologias, estrutura material, etc.

O primeiro módulo se refere ao uso do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) totalizando 10 horas. Será oferecido apenas no início do curso, antes dos demais módulos, sendo o único pré-requisito para os outros módulos.

Os módulos subsequentes, do 2º. ao 6º., têm como objetivo apresentar as principais discussões teóricas ligadas à Educação em Direitos Humanos, enquanto os módulos do 7º. ao 12º. serão voltados a discussões setorializadas dentro da mesma temática como direitos dos idosos, das pessoas portadoras de necessidades especiais, das mulheres, dos LGBTs, da criança, adolescente e jovem, da diversidade religiosa, dos afrodescendentes e dos indígenas. O último módulo (13º.) corresponde ao Plano Educacional e a elaboração do TCC, totalizando 60 horas, 30 delas trabalhadas em forma de atividades da plataforma AVA e 30 dedicadas à elaboração do TCC.

Tal projeto teve como base os indicadores da SECADI<sup>1</sup> para formação continuada em Educação em Direitos Humanos.

Foi estruturado em treze módulos:

| <b>MÓDULOS<sup>2</sup></b>   |
|--|
| Módulo I – Ensino aprendizagem do ambiente AVA (Ambiente virtual e aprendizagem)<br>Carga horária – 10                                   |
| Módulo II - Fundamentos Filosóficos e Históricos dos Direitos Humanos e a construção dos marcos regulatórios<br>Carga horária total – 30 |
| Módulo III - A Educação como construtora de uma cultura de Direitos Humanos<br>Carga horária total – 30                                  |
| Módulo IV - Direitos Humanos e o Projeto Político Pedagógico da escola<br>Carga horária total – 30                                       |
| Módulo V - Direitos Humanos e as Diversidades na Escola<br>Carga horária total – 30  |
| Módulo VI – Educação em Direitos Humanos e a violência no Campo<br>Carga horária total – 30  |
| Módulo VII - Educação em Direitos Humanos e Democracia<br>Carga horária total – 30   |
| Módulo VIII - Educação em Direitos Humanos e prática docente: identidade, currículo e inclusão escolar<br>Carga horária total – 30       |
| Módulo XIX - Educação em Direitos Humanos e História Pública<br>Carga horária total – 30   |
| Módulo X - Educação em Direitos Humanos e Desigualdade Social<br>Carga horária total – 30  |
| Módulo XI - A educação como direito humano<br>Carga horária total – 30   |
| Módulo XII - Direitos Humanos e Materiais Didáticos<br>Carga horária total – 30  |

<sup>1</sup> Conforme citado em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=17452> Acesso em 28/04/2022.

<sup>2</sup> As ementas e bibliografia se encontram no anexo 1.

**Módulo XIII - Plano de Ação Educacional e Trabalho de Conclusão de Curso**

Carga horária total – 60

**IV.3. Equipe de desenvolvimento**

A equipe do curso será composta por profissionais das seguintes competências:

Coordenadores, professores, pesquisadores, supervisores e tutores. Seu número será definido de acordo com o número de vagas. Há a necessidade de um auxiliar administrativo e um estagiário para as atividades de secretaria.

**IV.4. Avaliação**

As médias de cada módulo serão realizadas por meio dos conceitos de A, B, C (aprovados), F (reprovação) de acordo com o Regimento da Comissão de Especialização - CoE.

O aluno deverá obter o conceito mínimo de C para a aprovação em cada módulo cursado. O percentual de presença requerido será definido a cada oferta.

Para a aprovação no Trabalho Final de Curso (TCC), o aluno deverá submetê-lo na plataforma e realizar uma defesa do TCC. Todas as normas para a realização das Bancas de TCC estão descritas na Portaria em vigência.

Outros tipos de avaliação, como provas, serão definidas a cada oferta.

**V. CERTIFICAÇÃO**

Para obtenção do Certificado do curso de pós-graduação lato sensu Especialização em Educação em Direitos Humanos, reconhecido pelo MEC, emitido pela Universidade Federal do ABC, o aluno deverá satisfazer todas as condições abaixo.

I Totalizar 400 horas cursadas e aprovação em cada um dos módulos individualmente.

II Ser aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso

Aos cursistas aprovados será fornecido certificado em nível de Especialização expedido pela Pró-Reitoria de Pós-graduação da Universidade Federal do ABC.

## VI. MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO

Os alunos que não obtiverem o conceito para ser aprovado no módulo poderão realizar atividades de recuperação nos seguintes casos:

- Se por falta: com apresentação de documentação comprobatória conforme item VI.2.;
- Se por nota: sem a necessidade de apresentação de documentação.

É vetada a realização da recuperação de mais de 2 módulos consecutivos. Caso o aluno não realize a recuperação e não apresente justificativa documentada para tal, será considerado desistente do curso.

A recuperação do curso é somente oferecida uma vez. Caso o aluno perca esse prazo, não será apresentada uma nova data de recuperação.

Casos omissos serão analisados pela Coordenação do Curso, regida pela Portaria em vigência.

### VI.2. Documentações aceitas

Os documentos aceitos para a recuperação por falta são:

- Atestado médico;
- Atestado de óbito;
- Boletim de Ocorrência Policial;
- Certificado de participação do aluno em atividades acadêmicas oficiais e relevantes para o processo de formação;
- Comprovante de participação do aluno em Conselhos da Universidade, quando conselheiro eleito;
- Declaração do empregador com o qual o discente possui vínculo empregatício, devidamente datada e assinada, que ateste participação em atividade realizada no dia e horário da avaliação presencial.

Esses documentos devem ser entregues para a coordenação do curso com o prazo de sete dias após a data de expedição.

## VII. DESLIGAMENTO

Os alunos que não cumprirem com os pré-requisitos para aprovação no curso poderão ser desligados, seguindo o estabelecido na Portaria em vigência.

## VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos** (PNDH – 3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – ver. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

NÚCLEO de Preservação da Memória Política. **Comissão da Verdade. Por quê? O que é? O que temos que fazer?** São Paulo: NPMP, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/cartilha.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CLAUDE, Richard Pierre. “Direito à Educação e Educação para os Direitos Humanos”. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a03v2n2.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

COMPARATO, Fábio Konder, "Fundamentos dos Direitos Humanos". In: **Revista Jurídica Consulex** - Ano IV, v. I, n. 48, 2001, p. 52-61.

COSTA, Danúbia Régia e RÊSES, Erlando da Silva. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/26>. Acesso em 17/02/2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. “Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente”, In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd, 2004, p. 183-213.

DI PIERRO, Maria Clara. **O direito à educação no Brasil: estrutura e legislação de ensino**. 2012. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1142>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL, Presidência da República, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18403>. Acesso em: 23/02/2017.

KERSTEN, I. M., **A Constituição do Brasil e os Direitos Humanos**. Rio Grande (RS): Âmbito Jurídico, v. 22, 2005, p. 339.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

NASCIMENTO, V.E.S.; SAES, M.S.M.; ZYL ERSZTAJN, D. “Direitos de propriedade, investimentos e conflitos de terra no Brasil: uma análise da experiência paranaense”. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: Editora Átomo, vol.48, n.3, 2010, p. 705-748.

OLIVEIRA, Ilze Arduini de Araújo; SILVA, Eliete Antônia. “Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar.” In: **V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente**; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos, vol. I e II**. Curitiba: Juruá, 2008.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Centros de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Coordenação de Educação em Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016. Disponível em: <http://portaledh.educapx.com/file/258297/diagramacao-final.pdf?tok=MjU4Mjk3>. Acesso em: 23/02/2017.

SILVA, Amanda de Oliveira e PRADO, Alessandro Martins. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. Mato Grosso do Sul: Anais do Sciencult, 2013.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Anotações sobre a história social dos direitos humanos**. São Paulo: PGE. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm>. Acesso em: 23/02/2017.

UNESCO, **Declaração Universal do Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III) Assembléia Geral das Nações Unidas. Brasília, 1998.

VALE, Juseano Lopes. “Pluralidade cultural no contexto escolar.” In: **Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba**. Paraíba: Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014, p. 23 e 24.

ZIMERMANN, Artur. “Terra e conflitos na América Latina redemocratizada”. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**. João Pessoa: UFPB, 2016, p.152-188. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010320032010000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032010000300010). Acesso em: 22/02/2017.

## ANEXOS

## **Anexo 1 - Conteúdos programáticos e Ementas**

### **Módulo I - Ensino aprendizagem de ambiente AVA**

- Apresentação da plataforma
- Ferramentas do AVA
- Atividades de familiarização com o ambiente AVA

#### **Bibliografia**

Núcleo de Tecnologias Educacionais – UFABC, **Materiais de Apoio**. Santo André (SP): NTE/UFABC, 2017. Disponível em <http://nte.ufabc.edu.br/cursos/tutoriais/>. Acesso em 23/02/2017.

### **Módulo II - Fundamentos Filosóficos e Históricos dos Direitos Humanos e a construção dos marcos regulatórios**

- Conceitos centrais para a construção da cultura de Direitos Humanos.
- Contextualização histórica do processo de consolidação dos Direitos Humanos.
- Principais instrumentos regulatórios no âmbito nacional e internacional.

#### **Bibliografia**

COMPARATO, Fábio Konder, "Fundamentos dos Direitos Humanos". In: **Revista Jurídica Consulex** - Ano IV, v. I, n. 48, 2001, p. 52-61.

FISCHMANN, Roseli. "Constituição brasileira, direitos humanos e educação". In: **Revista Brasileira de Educação**, vol.14, n.40. Rio de Janeiro: ANPEd, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100013). Acesso em: 23/02/2017.

POSSAS, Mariana Thorstensen, **Quinto Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: NEV, 2012.

SALA, José B.. Sistemas de Proteção Internacional dos Direitos. In: Artur Zimmerman; Ana Maria Dietrich (Org.), **Novas abordagens de políticas públicas no Brasil**. 1ed. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2012, p. 15-36.

SILVA, Amanda de Oliveira e PRADO, Alessandro Martins. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. Mato Grosso do Sul: Anais do Sciencult, 2013.

### **Módulo III - A Educação como construtora de uma cultura de Direitos Humanos**

- Concepções de educação e a possibilidade da difusão, promoção e garantia dos direitos humanos.
- Reflexões éticas sobre direitos humanos no contexto da pós-modernidade, análise decisões ético-políticas.
- Reflexão sobre os saberes, as práticas educativas e as metodologias para a ação docente no campo dos Direitos Humanos.

### Bibliografia

CLAUDE, Richard Pierre. “Direito à Educação e Educação para os Direitos Humanos”. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a03v2n2.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

COSTA, Danúbia Régia e RÊSES, Erlando da Silva. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/26>. Acesso em 17/02/2017.

MEDRADO, Aline S. Leite e LIMA, Ricardo B. Interdisciplinaridade como necessidade de articulação dos conhecimentos no campo dos Direitos Humanos. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/27>. Acesso em 17/02/2017.

RODRIGUES, Gilberto M. Antonio. Sugestões especiais para o nível básico. **Manual de Educación en Derechos Humanos**. Niveles Primario y Secundario, San Jose, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos/IIDH-UNESCO, 1999, p. 158- 159.

### Módulo IV - Direitos Humanos e o Projeto Político Pedagógico da escola

- Democracia, Direitos Humanos e comunidade escolar: princípios norteadores de um planejamento dialógico. A experiência do Regime Militar no Brasil e a formação da Comissão Nacional da Verdade.
- A gestão democrática da escola e as experiências de produção coletiva.
- Implicações dos temas e práticas de Direitos Humanos e a construção do projeto político pedagógico.

### Bibliografia

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito a Memória e a Verdade: Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/historia\\_m\\_m\\_marcados.pdf](http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/historia_m_m_marcados.pdf). Acesso em 17/02/2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DIETRICH, Ana Maria. “Memória dos algozes na Contemporaneidade” In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo: ANPUH/SP, 2008. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ana%20Maria%20Dietrich.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor. **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/luta\\_substantivo.pdf](http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/luta_substantivo.pdf). Acesso em 17/02/2017.

NÚCLEO de Preservação da Memória Política. **Comissão da Verdade. Por quê? O que é? O que temos que fazer?** São Paulo: NPMP, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/cartilha.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

PORTAL Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 17/02/2017.

PORTAL Comissão Nacional da Verdade. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/> Acesso em 17/02/2017.

SOUZA, A., Democracias, representação e participação na Gestão Educacional. **Direitos Humanos na Educação Superior, subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia.** Lucia de Fátima Guerra Ferreira et. al. (org.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

### **Módulo V - Direitos Humanos e as Diversidades na Escola**

- Igualdade, diferença e diversidade: elementos referenciais de uma prática docente em Direitos Humanos.
- Dinâmica escolar: respeito e valorização das diferenças e combate ao preconceito e à discriminação com base na raça/etnia, relações de gênero, religião, política ou opinião, origem nacional, condições físicas ou mentais, e outras.
- Escola, participação e emancipação social: Escola como tempo e espaço de realização de Direitos Humanos e de promoção e valorização da diversidade.

### **Bibliografia**

DINIS, Nilson Fernandes. “Educação, relações de gênero e diversidade sexual.” In: **Educação & Sociedade.** Campinas: CEDES, vol. 27, n. 95, 2008, p. 477-492. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/108>. Acesso em: 20/02/2017.

FLEURI, Reinaldo Matias. “Racismo e discriminação.” In: **Educação & Sociedade.** Campinas: CEDES, vol. 27, n. 95, 2006, p. 497-499. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/119>. Acesso em 20/02/2017.

MARTINS, Ana Carolina Hyer de Faria da Silva; OLIVEIRA, Luciana de Barros. “Diversidade na Escola, Possibilidades e Limitações – reflexões sobre igualdade e diferença no contexto educativo contemporâneo.” In: **Anais do IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: didática e avaliação.** Rio de Janeiro: Realize, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/resumo.php?idtrabalho=520>. Acesso em: 20/02/2017.

OLIVEIRA, Ilze Arduini de Araújo; SILVA, Eliete Antônia. “Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar.” In: **V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente;** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PUPO, Kátia. “Questão de gênero na escola.” In: **Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.** São Paulo: USP-SP, 2008. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20\\_pupo.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20_pupo.pdf). Acesso em: 20/02/2017.

SILVA, Eliete Antônia. **Entre lutas, normas e preconceitos: pessoas com deficiência e os (des)caminhos da inclusão social - Uberlândia - 2000 à 2010**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/3173>. Acesso em: 20/02/2017.

VALE, Juseano Lopes. **Pluralidade cultural no contexto escolar**. Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba: Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014, p. 23 e 24.

ZEFERINO, Joycimar Lemos arcellos. “Diversidade Religiosa e Cotidiano Escolar: nuances desta relação na percepção dos professores.” In: **Anais do IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: didática e avaliação**. Rio de Janeiro: Realize, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/resumo.php?idtrabalho=618>. Acesso em: 20/02/2017.

#### **Módulo VI - Educação em Direitos Humanos e a violência no Campo**

- Violência no Campo: Entender os elementos referenciais da Violência no Campo e sua relação com os Direitos Humanos, considerando as populações menos favorecidas das zonas rurais.
- Diversidade Religiosa: combate ao preconceito embutido na diversidade religiosa, protegendo as minorias e pregando a liberdade de crença e prática religiosa e livre-escolha da mesma.
- Ética e Escola: Escola como tempo e espaço de realização de Direitos Humanos e de promoção de valores éticos aos alunos espelhando na visão utilitarista de formar cidadãos plenos.

#### **Bibliografia**

CURY, Carlos Roberto Jamil. “Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente”. **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd, 2004, p. 183-213.

NASCIMENTO, V.E.S.; SAES, M.S.M.; ZYLBERSZTAJN, D. “Direitos de propriedade, investimentos e conflitos de terra no Brasil: uma análise da experiência paranaense”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.48, n.3. Brasília: Editora Átomo, 2010, p. 705-748.

ZIMERMAN, Artur. “Terra e conflitos na América Latina redemocratizada”. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**. João Pessoa: UFPB, 2016, p.152-188. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032010000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300010). Acesso em: 22/02/2017.

#### **Módulo VII - Educação em Direitos Humanos e Democracia**

- Cidadania e democracia: A formação da ideia de democracia e suas afinidades com princípios fundamentais da cidadania moderna. A conquista de direitos e a tipologia clássica de Thomas Marshall sobre direitos civis, políticos e sociais. A formação do conceito de cidadania no Brasil e as dificuldades históricas existentes. O legado da escravidão, a precocidade do direito social e os limites do Estado Democrático de Direito no Brasil.
- A pessoa idosa como agente ativo de direitos: O idoso como ente portador de direitos: a proteção integral ao idoso e sua inclusão social. O fundamento da solidariedade intergeracional. Formulação e implementação do Estatuto do Idoso: avanços e contradições. - Ensino não formal e Educação em Direitos Humanos – o ensino não formal como horizontal e democrático e por isso alinhado às práticas de Educação em Direitos Humanos.

### Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. “Texto para Discussão 1840”. In: **Estatuto do idoso: avanços com contradições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1840.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1840.pdf). Acesso em: 22/02/2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. “A nova cidadania.” **Revista de Cultura e Política**, n. 28-29. São Paulo: Lua Nova, 1993, p. 85-106.

CRUZ, Ramiro; LEITE, Gisele. “A terceira idade e a cidadania com dignidade: reflexões sobre o estatuto do idoso”. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, vol. 4, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 9-25.

FERNANDES, Guilherme Antonio de Almeida Lopes. **Direito à Cidadania: Um estudo sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires e as principais leis migratórias do Brasil e da Argentina**. São Paulo: Academia, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/13249993/Direito\\_%C3%A0\\_cidadania\\_um\\_estudo\\_sobre\\_os\\_imigrantes\\_bolivianos\\_em\\_S%C3%A3o\\_Paulo\\_e\\_Buenos\\_Aires\\_e\\_as\\_principais\\_leis\\_migrat%C3%B3rias\\_do\\_Brasil\\_e\\_da\\_Argentina](https://www.academia.edu/13249993/Direito_%C3%A0_cidadania_um_estudo_sobre_os_imigrantes_bolivianos_em_S%C3%A3o_Paulo_e_Buenos_Aires_e_as_principais_leis_migrat%C3%B3rias_do_Brasil_e_da_Argentina). Acesso em: 23/03/2017.

GADOTTI, Moacir. “A questão da educação formal/não-formal”. **Right to Education: Solution to all problems or problem without solution?** Suíça: International Institute for the Rights of the Child, 2005, p. 1-11. Disponível em: [http://www.vdl.ufc.br/solar/aula\\_link/lquim/A\\_a\\_H/estrutura\\_pol\\_gest\\_educacional/aula\\_01/imagens/01/Educacao\\_Formal\\_Nao\\_Formal\\_2005.pdf](http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf). Acesso em: 22/02/2017.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. Investigar em Educação. In: **Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação: Educação não formal e aprendizagens informais**. Portugal: SPCE, n. 1, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4/4>. Acesso em: 22/02/2017.

MARSHALL, T. H. “Cidadania e Classe Social”. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57-114.

MOURA, Aline eltrame. “O discurso da cidadania em Marshall: a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna.” **Jurisvox**. Patos de Minas: UNIPAM, vol. 10, n. 10, 2010, p. 22-34.

### **Módulo VIII - Educação em Direitos Humanos e prática docente: identidade, currículo e inclusão escolar**

- Currículo: reflexões sobre como a temática dos Direitos Humanos são (ou podem ser) desenvolvidas em propostas curriculares, considerando questões referentes aos livros didáticos e os saberes docentes.
- Inclusão Escolar: retrospectiva histórica do processo de Inclusão Escolar no Brasil e diagnóstico do que foi feito e o que ainda necessita ser desenvolvido na educação brasileira para se garantir o direito dos cidadãos com Necessidades Educacionais Especiais.
- Identidade docente: reflexões quanto à formação e a prática docente no ambiente escolar e quanto à produção de conhecimentos e também a interação social em prol dos Direitos Humanos.

### **Bibliografia**

CANDAU, Vera Maria. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas**. Disponível em:

[www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4\\_6\\_vera\\_candau\\_edh.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_6_vera_candau_edh.pdf). Acesso em: 23/02/2017.

DINIZ, Debora; AR OSA, Livia e SANTOS, Wederson Rufino dos. “Deficiência, Direitos Humanos e Justiça.” In: **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo: Conectas Direitos Humanos. vol. 6, n. 11, 2009, p. 65-77. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/educacao/11/1000106-deficiencia-direitos-humanos-ejustica>. Acesso em: 23/02/2017.

RODRIGUES, Cinthia. “Os Direitos Humanos nas escolas: Tema deve estar presente nas escolas desde o Ensino Fundamental como pauta de projetos e de conduta.” **Revista Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, 2015. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/os-direitos-humanos-nas-escolas/>. Acesso em: 23/02/2017.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira e MARIN, Alda Junqueira. “Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares.” **Educação & Sociedade**, vol. 25, n. 89. Campinas: CEDES, 2004, p. 1203-1225. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/129>. Acesso em: 23/02/2017.

### **Módulo IX - Educação em Direitos Humanos e História Pública**

- História pública: a importância da construção colaborativa e do compartilhamento público do conhecimento histórico para a transformação social.

- Movimento negro e indígena: os desafios e as reivindicações contemporâneas dos movimentos sociais e sua relação com os Direitos Humanos.
- A importância da Educação em Direitos Humanos na formação de professores e no ambiente escolar; formação inicial e continuada.

### **Bibliografia**

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ATHIAS, Renato. **Diversidade étnica, direitos indígenas e políticas públicas**. Pernambuco: UFPE, 2005. Disponível em: [https://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes\\_4.pdf](https://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes_4.pdf). Acesso em: 23/02/2017.

BRANDT, Lilian. **As dez mentiras mais contadas sobre os indígenas**. Site Pragmatismo Político, 2014. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/12/mentiras-indiosindigenas-brasil.html>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL, Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros (Organizadores) Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2013.

COMISSÃO Nacional da Verdade, **Violação dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas**. Volume III. Cadernos Temáticos. Brasília, CNV, 2014.

SANTHIAGO, Ricardo. "Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral." ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença. Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73 -102.

TESSITORE, Viviane. "Arquivos e centros de documentação: Um perfil." ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ZHAVI, Gerald. "Ensinando história pública no século XXI." ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

### **Módulo X - Educação em Direitos Humanos e Desigualdade Social**

- Discussão e definições sobre o conceito de desigualdade social, contextualizando-o na realidade brasileira a partir de suas múltiplas dimensões.
- Reflexões sobre a alteridade, o diferente, problematizando a visão etnocêntrica que percorre o mundo ocidental.
- Compreensão sobre as relações contemporâneas entre juventude e movimentos sociais.

## Bibliografia

ALONSO, Angela. “Novo, mas nem tanto.” **Caderno Aliás**. São Paulo: Estadão, 2013. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,novo-mas-nem-tanto-imp-,1048601>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm). Acesso em: 23/02/2017.

TUIÁVII, Rolim. **O Papalagui**. São Paulo: Marco Zero, 2003, p. 51-2.

## Módulo XI - A educação como direito humano

- A educação como direito fundamental: Escola como tempo e espaço de realização de Direitos Humanos. O direito à educação como direito humano fundamental. Desafios e dilemas para a aplicação do direito à educação no Brasil contemporâneo. Educação básica e ensino superior.
- Gênero e LGBT – discussões sobre a história, avanços e conquistas do movimento feminista. LGBT no Brasil: ênfase às populações vulneráveis, transgêneros.
- Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nos direitos humanos. Como a educação em direitos humanos deve se servir de métodos e teorias inter, multi e transdisciplinares para atingir seu público.

## Bibliografia

COMUNICAÇÃO em Sexualidade. “Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LG T e Promoção da Cidadania Homossexual.” In: **Escola sem Homofobia**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 23/02/2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **O direito à educação no Brasil: estrutura e legislação de ensino**. 2012. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1142>. Acesso em: 23/02/2017.

TAVARES, Celma. “Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar.” **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricometodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007, p. 487-503. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 23/02/2017.

XIMENES, Salomão arros. “Direito à educação e sistemas privados de ensino nas redes públicas: hip teses para análise jur dica.” In: **Educação: teoria e prática**. Rio Claro: UNESP, vol. 25, n. 50 2015, p. 576-592. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10056/7335>. Acesso em: 23/02/2017.

## Módulo XII - Direitos Humanos e Materiais Didáticos

- Experiências de aprendizagem oferecidas na escola: reprodução ou emancipação?
- Estruturando aulas. Atividades artístico-culturais: teatro, música, poesia, dança, passeios dirigidos e outras manifestações. Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos.
- Abordagens lúdico-pedagógicas dos Direitos Humanos: seleção de atividades, organização dos espaços e tempos, apropriação de recursos e materiais didáticos e articulação com outras instituições e equipamentos socioculturais da cidade.

### Bibliografia

BRASIL, Presidência da República, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18403>. Acesso em: 23/02/2017.

FISCHMANN, Roseli. "Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz." **Paidéia**. São Paulo: USP, vol. 11, n. 20, 2001, p. 67-77. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paideia/issue/view/3820>. Acesso em: 23/02/2017.

## Módulo XIII - Plano de Ação Educacional e Avaliação

- Elaboração de proposta de projeto de TCC em Educação e Direitos Humanos - Orientação dos elementos do TCC.
- Discussão de possibilidades de aplicação no ambiente escolar/ profissional.
- Elaboração do TCC.
- Apresentação pública do TCC.

### Bibliografia

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH**. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de normas técnicas. **Normas da ABNT**. Disponível em: <http://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigosabnt>. Acesso em: 23/02/2017.

## Anexo 2 - Equipe

| <b>Professores conteudistas</b>   |   |                  |
|-----------------------------------|---|------------------|
| <b>Nome</b>                       | <b>Função</b>                                 | <b>Titulação</b> |
| Ana Maria Dietrich                | Coordenadora e Professora conteudista (UFABC) | Pós-Doutorado    |
| Artur Zimerman                    | Professor conteudista (UFABC)                 | Pós-Doutorado    |
| Gilberto Marcos Antonio Rodrigues | Professor conteudista (UFABC)                 | Pós-Doutorado    |
| Ivan Filipe de Almeida Lopes      | Professor conteudista (UFABC)                 | Doutorado        |
| José Blanes Sala                  | Professor conteudista (UFABC)                 | Doutorado        |
| Luis Alberto Peluso               | Professor conteudista (UFABC)                 | Pós-Doutorado    |
| Renato Rodrigues Knouchi          | Professor conteudista (UFABC)                 | Pós-Doutorado    |
| Salomão Barros Ximenes            | Professor conteudista (UFABC)                 | Doutorado        |
| Wilson Mesquita de Almeida        | Professor conteudista (UFABC)                 | Doutorado        |

| <b>Professores convidados</b>      |                                |                  |
|------------------------------------|--------------------------------|------------------|
| <b>Nome</b>                        | <b>Função</b>                  | <b>Titulação</b> |
| Ana Lucia Gasparoto                | Professora convidada (UFABC)   | Doutorado        |
| Célia Cristina Cassiano            | Professora convidada (UNICAMP) | Mestrado         |
| Guiomar Lopes                      | Professora convidada (USP)     | Doutorado        |
| Maria Aparecida de Aquino          | Professora convidada (USP)     | Doutorado        |
| Ricardo Santhiago Correa           | Professor convidado (UNIFESP)  | Pós-Doutorado    |
| Roseli Fischmann                   | Professora convidada (USP)     | Doutorado        |
| Silmar Leila dos Santos            | Professora convidada (PUC/SP)  | Doutorado        |
| Victoria Alejandra Salazar Herrera | Professora convidada (FMU)     | Doutorado        |

**Anexo 3 - Currículo do corpo docente (Professores Conteudistas)**

## I. Ana Maria Dietrich

Professora adjunta do Bacharelado de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do ABC. Pós-Doutora pelo Departamento de Sociologia do IFCH da Unicamp com o Projeto Traumas de Guerra na Contemporaneidade. Doutora em História pela USP. Foi pesquisadora do Centro de Estudos de Anti-Semitismo (Universidade Técnica de Berlim) em 2003-2004 quando desenvolveu Doutorado em caráter sanduíche. Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em História pela Universidade de São Paulo (1995), graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (1994) e Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2001). Autora de diversos livros e artigos, entre eles, Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil (Todas as Musas, 2012) e Caça às Suásticas - O partido Nazista em São Paulo (Imprensa Oficial / Humanitas 2007). Membro permanente do Programa de Pós Graduação em Ensino, História e Filosofia da Ciência e da Matemática (UFABC). É editora da revista Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades ([www.revistacontemporaneos.com.br](http://www.revistacontemporaneos.com.br)) e da Contemporartes - Revista de Difusão Cultural ([www.revistacontemporartes.com.br](http://www.revistacontemporartes.com.br)). Coordena o grupo de pesquisa do CNPQ - Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade - LEPCON. Coordena o Grupo de Trabalho da Associação Nacional dos Pesquisadores de História, Núcleo Regional de São Paulo, História dos Partidos e dos Movimentos de Direita. Suas pesquisas enfocam os seguintes temas: Traumas relacionados à II Guerra Mundial, Direita e Extrema-direita, Nazismo e Antissemitismo, História e Contemporaneidade, Memória, Identidade e Narrativa, Repressão e resistência Política, novas linguagens historiográficas (Cinema X História, História X Fotografia, História X Canção), Memória dos Paladares, Educação Não-Formal ligada a Contação de Histórias para Educação Ambiental e Estudos interdisciplinares de Artes e Humanidades. Coordena o Projeto Educação em Direitos Humanos (UFABC/ MEC/ Prefeitura de São Paulo).

## II. Artur Zimmerman

Professor adjunto da Universidade Federal do ABC, desde 2009. Membro permanente do mestrado em Planejamento e gestão do Território (UFABC), e membro colaborador do mestrado em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Fez recentemente um pós-doutorado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo sobre a violência agrária no Brasil, no período pós-1985, com abordagem quantitativa, com bolsa FAPESP. É doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (12/2006) com a tese: "Peguem a foice e vamos à luta: Questões agrárias como determinantes do início de guerra civil, análise global, 1969 - 1997", publicado como livro pela Editora Humanitas (USP) em outubro de 2008. Outro livro

publicado recentemente, também pela Editora Humanitas, é intitulado "Terra Manchada de Sangue". Possui graduação em Relações Internacionais e Ciência Política (1992) e mestrado em Administração Pública (1998), ambas pela The Hebrew University of Jerusalem, em Israel. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Conflito, Guerra e Paz, atuando principalmente nos seguintes temas: política comparada, guerra civil, estudo quantitativo, violência agrária, sistema eleitoral. Passou um ano na Yale University, nos EUA (2004) como pesquisador de bolsa-sandwich. Coursou também a Oslo University (1997), Noruega, e a European Science Days (2005) em Steyr, Áustria. Tem participado e apresentado trabalhos na International Studies Association (ISA), na Latin American Studies Association (LASA), Asociación Latina Americana de Ciencia Política (ALACIP), ANPOCS, etc.

### III. Gilberto Marcos Antonio Rodrigues

Realizou estudos pós-doutorais como Visiting Research Fellow no Center for Latin American and Latino Studies (CLALS), American University, Washington, DC (2017) e como Fulbright Visiting Scholar no Center for Civil and Human Rights (CCHR), University of Notre Dame, EUA (2010), Doutor em Ciências Sociais: Relações Internacionais, PUC-SP (2004), Mestre em Relações Internacionais - University for Peace, ONU/Costa Rica (1996), Especialista em Resolução de Conflitos, Uppsala Universitet, Suécia (1996) e graduado em Direito, PUC-SP (1989). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq Nível 2. Professor-Adjunto III do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) da Universidade Federal do ABC (UFABC), credenciado no Bacharelado em Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, membro da Cátedra Sergio Vieira de Mello (UFABC/ACNUR). Foi professor do Programa de Doutorado em Direito da Universidade Católica de Santos, onde coordenou o Setor de Relações Internacionais e a Cátedra Sergio Vieira de Mello (ACNUR), e editou a Revista Leopoldianum (1998-2013). Membro da Coordenadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), em Buenos Aires e associado à International Law Association (ILA/Brasil). Colaborador do Projeto AL-LAs - Ciudades al Mundo. Membro dos Conselhos das Revistas Pensamiento Propio (Argentina) e Federal Governance (Canada). Coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq OITEG - Organizações Internacionais e Temas Globais. Tem experiência nas áreas de Relações Internacionais e Direito e atuação nos seguintes temas: Organizações Internacionais (ONU, organizações regionais) Direito Internacional dos Direitos Humanos, Sociedade Civil, Direito Internacional dos Refugiados, Responsabilidade de Proteger, Política Externa Brasileira, Federalismo e Paradiplomacia.

### IV. Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes

Professor do Bacharelado em Políticas Públicas (BPP) da Universidade Federal do ABC (UFABC) e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGP) da UFABC. Integra também o corpo docente do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BCH/UFABC). Atual vice-coordenador do PGPP e do Curso de Especialização e Pós Graduação lato sensu de Educação em Direitos Humanos da UFABC (2017-2019) . Foi vice-coordenador do BPP (2016-2017). Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP, 2007), Mestre e Doutor em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da mesma universidade (2010, 2014). Foi pesquisador visitante no Department of Political Science da University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC) em 2012. Foi professor dos cursos de Direito e Relações Internacionais das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (graduação), do curso de Ciência Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo ? FESP (pós-graduação) e do Programa de Educação Continuada da Escola Politécnica da USP (especialização). Autor dos livros A democracia reduz a desigualdade econômica? Um estudo sobre as possibilidades de construção de uma sociedade mais igual por meio da democracia (EdUFABC, 2017) e Burocracia e Política: a construção institucional da política comercial brasileira (Biblioteca24horas, 2011). Publicou artigos em diversas revistas como Foreign Policy Analysis, Brazilian Political Science Review, Revista de Administração Pública, Revista Brasileira de Sociologia, Organizações & Sociedade, Revista do Serviço Público, Journal of Addictions, Addictive Behaviors Reports, entre outras. Suas áreas de pesquisa são Política Comparada, Economia Política, Processo Decisório, Análise de Políticas Públicas e Política Externa; e Políticas Públicas relacionadas ao Álcool e outras Drogas.

#### V. José Blanes Sala

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1982), cursou dois anos na Facultat de Geografia e Història da Universitat de Barcelona (1977), mestrado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (2002). Foi pesquisador vinculado a projeto temático do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC e professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do ABC - UFABC, participa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais e é membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da referida universidade. Tem experiência na área de Direito, Relações Internacionais e Políticas Públicas, com ênfase em Direito Internacional, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Gestão Municipal, atuando principalmente nos seguintes temas: Integração Regional, Mercosul, União Européia, Paradiplomacia, Licitações, Contratos Internacionais, Direitos Humanos, Minorias, Migrações Internacionais e Refúgio. Trabalhou nas

prefeituras de Santo André e de Diadema, bem como na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

#### VI. Luis Alberto Peluso

Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1967), graduação (Bacharelado) em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1970), mestrado em Filosofia da Ciência pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1978) e doutorado em Filosofia - University of London (1987). Atualmente é professor Titular em Ética e Filosofia Política na Universidade Federal do ABC (UFABC). É Presidente da Comissão de Ética da UFABC. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de Filosofia da Ciência, especialmente sobre a escola do racionalismo crítico, com especial referência ao pensamento de Karl R. Popper e em Ética, com ênfase no Utilitarismo Anglo Americano Clássico, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia, Karl R. Popper, ética, utilitarismo clássico, Jeremy Bentham.

#### VII. Renato Rodrigues Knouchi

Bacharel em Psicologia e Psicólogo pela Universidade Federal de São Carlos (1999). Doutor em Filosofia também pela Universidade Federal de São Carlos (2004). Pós-doutorado em Filosofia da Ciência pela Universidade de São Paulo (2006). Pesquisador visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2012). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do ABC (desde 2006). Tem experiência nas áreas de Filosofia da Ciência, Epistemologia e Ensino de Ciências. Dentre os temas de pesquisa, incluem-se: ciência e valores, pragmatismo, filosofia e história da psicologia, viéses cognitivos.

#### VIII. Salomão Barros Ximenes

Professor Adjunto do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP (2014), com graduação em Direito (2001) e mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2006). É pesquisador colaborador junto ao Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP) e à Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. Foi membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da coordenação colegiada da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil) e da coordenação do Projeto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil. Realizou estágio

profissional junto ao escritório para a América do Sul do Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e coordenou o programa de direitos sociais do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará). Tem experiência nas atividades de assessoria jurídica, advocacia de interesse público, docência e pesquisa relacionadas às áreas de Direito Público, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Ações Coletivas, Direitos Humanos e Políticas Públicas, com ênfase em Direitos Fundamentais, Teoria do Estado, Direito e Legislação Educacional, Organização do Ensino, Direitos da Criança e do Adolescente, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Políticas Públicas e Orçamento Público.

#### IX. Wilson Mesquita de Almeida

Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pós-Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), com bolsa FAPESP. Doutor e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Autor de ProUni e o Ensino Superior Privado Lucrativo em São Paulo: Uma Análise Sociológica (SP: Musa/FAPESP, 2014) e USP para todos? Estudantes com Desvantagens Socioeconômicas e Fruição da Universidade Pública (SP: Musa/FAPESP, 2009). É membro da Comissão Acadêmica do Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT), ligado à Pró-Reitoria de Graduação da UFABC. Linhas de pesquisa: acesso e permanência no Ensino Superior; políticas públicas de inclusão e assistência estudantil no Ensino Superior; ensino superior brasileiro; ensino superior privado lucrativo; ensino superior privado; educação brasileira, desigualdades educacionais; ações afirmativas; sociologia da educação; sociologia política.

**Anexo 4 - Currículo do corpo docente (Professores Convidados)**

## I. Ana Lucia Gasparoto

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), especialista em Metodologia da Ação Docente pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM), e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Foi Professora Pesquisadora no Curso de Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC (UFABC) em parceria com o Ministério da Educação e a Prefeitura Municipal de São Paulo. Atualmente é Pesquisadora Doutora Colaboradora voluntária na Universidade Federal do ABC (UFABC).

## II. Célia Cristina Cassiano

Graduação (licenciatura e bacharelado) em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); pós-graduação lato sensu em Teoria e Técnicas da Comunicação, pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero e Mestrado (2003) e Doutorado (2007) em Educação, pelo Programa Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP. Experiência em gestão (Direção de Escola, e da Uniceu- Universidade do CEU SME SP), na docência nos ensino fundamental, médio e superior e na formação de professores de modo presencial e em EAD (Língua Portuguesa, Currículo e Didática), atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas em Educação, Estrutura e funcionamento da Educação Básica, Currículo, Livro didático e Metodologia e Ensino de Língua Portuguesa.

## III. Guiomar Lopes

Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (1977), mestrado, doutorado e pós doutorado em Farmacologia pela Universidade Federal de São Paulo, entre 1997 a 2003. Foi professora visitante pelo Departamento de Farmacologia e professora afiliada pelo Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo. Tem experiência na área de Farmacologia, com ênfase em Farmacologia Bioquímica e Molecular, atuando principalmente nos seguintes temas: envelhecimento, sinalização de cálcio, apoptose. Desenvolveu pesquisa na área da Saúde Coletiva no Departamento de Medicina Preventiva e na Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo com foco em envelhecimento. Foi Coordenadora de Políticas para a População Idosa pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo no período de 2013 a 2016.

## IV. Maria Aparecida de Aquino

Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP - 1974), graduação em Educação Artística pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado (1975), mestrado em História Social pela FFLCH/USP, (1990), doutorado em História Social pela FFLCH/USP (1994) E pós-doutorado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar - 2016). Foi coordenadora do Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da FFLCH/USP. Atualmente é professora doutora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi docente do curso de História das Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) e professora e coordenadora do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Sorocaba (UNISO). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Imprensa brasileira, regime militar, censura, crise política no Brasil, política na América Latina.

## V. Ricardo Santhiago Correa

Ricardo Santhiago é historiador e comunicólogo. É professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É graduado em Jornalismo (PUC-SP, 2004), com especialização em Jornalismo Científico (Unicamp, 2006); mestre e doutor em História Social (USP, 2009/2013); pós-doutor em História (UFF, 2015). Seu trabalho interdisciplinar concentra-se nas áreas de história pública e história oral, comunicações e artes, teoria e metodologia de pesquisa. É autor e organizador de diversas obras, dentre as quais se destacam os livros Solistas dissonantes: História (oral) de cantoras negras (2009), Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral (2011), História oral na sala de aula (2015) e História pública no Brasil: Sentidos e itinerários (2016).

## VI. Roseli Fischmann

Professora Sênior da Universidade de São Paulo. Livre Docente, Departamento Administração Escolar, USP. Doutora em Filosofia e História da Educação, Universidade de São Paulo (1989). Mestre em Educação, área Administração Escolar (1982), Universidade de São Paulo. Aprovada para o título de Professora Titular, USP (1997). Foi Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo (2009-

2017), tendo sido Coordenadora do referido PPGE (2011-2017). Na atuação internacional destaca-se: Visiting Scholar da Harvard University no período 2003-2005; Presidente e membro do Juri Internacional do Prêmio UNESCO de Educação para Paz, Paris (1999-2002). Membro do Grupo de Trabalho temporário assessor do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, para Educação para Direitos Humanos como representante do GRULAC (1998-1999). Fellow, The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation (1994-1997). Convidada a apresentar seu trabalho em diversos centros e instituições em diferentes continentes e países. Tem experiência na área de Políticas Públicas de Educação, em nível nacional e internacional; Cultura, Organização e Educação; Filosofia, com ênfase em Política, Ética e Educação. Coordenou a área Filosofia e Educação da Pós-Graduação em Educação, USP (2007-2008). Atua de modo marcante nos temas Pluralidade Cultural; Laicidade do Estado e Educação; Discriminação, preconceito, estigma; e Defesa da liberdade de consciência e defesa/promoção dos direitos de minorias; ensino religioso nas escolas públicas e Estado laico; educação em direitos humanos; educação para a paz; ensino religioso em escolas públicas e defesa da liberdade de crença. Expert UNESCO para a Coalizão de Cidades contra Racismo, Discriminação e Xenofobia.

#### VII. Silmar Leila dos Santos

Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, leciona a disciplina de História na Educação Básica e disciplinas relacionadas à formação de professores em nível de Graduação e Pós-Graduação. Atua como pesquisadora e consultora na área de Currículo, Organização, Gestão e Política educacional e na Educação em Direitos Humanos.

#### VIII. Victoria Alejandra Salazar Herrera

Professora nos cursos de Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Elétrica no Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas, Supervisora a distância no curso de Engenharia de Computação na Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Professora conteudista cursos de Pós-Graduação EaD Kroton Educacional. Possui graduação em Engenharia Eletrônica e da computação - Universidad Mayor de San Andrés (2008) diploma validado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Mestre em Energia (2011) - Universidade Federal do ABC. Especialização em Organização e administração pedagógica de aulas - Universidad Mayor de San Andrés (2015). Doutor em Energia (2016) Universidade Federal do ABC. Atuou como tutora no curso de especialização de Ensino de Química da UFABC, no Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) da UFABC, no Programa Anual de Capacitação Continuada (PACC), no curso de Especialização em Ciência e Tecnologia, e Supervisionou os

tutores do curso de Educação em Direitos Humanos. Atua principalmente nos seguintes temas: diagnóstico de falhas, processamento digital de sinais, máquinas elétricas, eletrônica digital, técnicas de controle linear e Educação a distância.